

65 DF- Decisão sobre IPTU sai hoje

PMDB colabora ao antecipar justificativas para liminares. Ministério Público impõe outra derrota ao GDF

O ministro Costa Leite, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decide hoje se suspende ou não as liminares concedidas pelo desembargador do TJDF Jerônimo de Souza à bancada do PMDB na Câmara Legislativa, anulando o reajuste médio de 109% no IPTU em 1996. O PMDB, que teria prazo até dia 2 de janeiro para apresentar as justificativas ao STJ, resolveu antecipar para hoje o envio da documentação.

Ontem à tarde, o GDF sofreu mais uma derrota na batalha jurídica pelo aumento do imposto: o subprocurador do Ministério Público, José Arnaldo da Fonseca, deu parecer contrário ao pedido de suspensão das liminares. No indeferimento do pedido de suspensão, encaminhado ontem ao STJ, o subprocurador justifica que "não há hipóteses de grave lesão à ordem econômica ou à ordem jurídica", derrubando as argumentações feitas pela consultoria do GDF.

Segundo a assessoria do STJ, tão logo o PMDB entregue as justificativas, o ministro Costa Leite definirá se cassa ou não as liminares. Se o resultado não for favorável ao GDF, o governador Cristovam Buarque deve enviar hoje mesmo mensagem de convocação extraordinária à Câmara Legislati-

va para nova votação do projeto.

Há chance também de o Governo recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) e empurrar a extraordinária para amanhã ou depois. Segundo fontes do Palácio do Buriti, o ministro decidiu anunciar a decisão ainda este ano, porque o caso atingiu proporções incontornáveis. A iniciativa de Costa Leite, para muitos assessores do GDF, é um indicativo de que o resultado será favorável ao Executivo local.

O governador Cristovam Buarque evitou hoje comentar o assunto. Reiterou apenas que a convocação da Câmara será seu último recurso. Cristovam passará o dia de hoje reunido com seu "staff", na expectativa do despacho do ministro.

Anulação - Há quatorze dias, o desembargador Jerônimo de Souza concedia liminar em mandado de segurança impetrado pela bancada do PMDB, pedindo a anulação da lei complementar que reajusta as alíquotas do IPTU em 109% a partir do ano que vem. O PMDB argumentava em seu recurso que o 13º voto que garantiu a aprovação do projeto na Câmara Legislativa, fora dado pelo presidente da Casa, Geraldo Magela (PT), contrariando o Regimento Interno da Casa.



Brito

Nas ruas da Ceilândia as lixeiras ficaram entulhadas, acumulando sujeira nas portas das casas